

PROCURAÇÃO AD JUDICIA ET EXTRA

Outorgante(s):

MONICA RIBEIRO SARMENTO

brasileiro(a),
estado civil: SOLTEIRO, profissão: ADVOGADA,
documento de identificação: 4.000.480,
CPF: 119.301.734-31, Endereço: R. ROSETANA,
S/Nº
Cidade: SOUSA, Estado PA,
CEP: _____

Outorgado (s):

JOSÉ ORISVALDO BRITO DA SILVA, advogado, inscrito na
OAB/RJ nº 57069 com escritório profissional na Avenida Miguel
Couto 251, sala 605, Centro, CEP: 58.010-770, João Pessoa - PB.

Poderes:

Os da cláusula *ad judicium et extra*, inclusive com os especiais poderes para patrocinar, defender, em todos os seus termos, atos e incidentes, os direitos e interesses do (a) outorgante, em qualquer processo, ação ou medida em que o mesmo seja parte autora, ré, oponente ou assistente. Conferindo para tanto, o poder geral para o foro, conforme dispõe o artigo 28 do CPC, podendo ainda requerer, alegar, assinar, quando mister, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito que se funda a ação, receber e dar quitação em juízo ou fora dele, firmar compromisso, levantar importância em juízo ou fora dele, endossar cheques, recorrer de despachos e sentença, arrolar e inquirir testemunhas, juntar documentos, apelar para instâncias superiores, fazer acordos, enfim, praticar todos os demais atos necessários e em direito admissíveis, inclusive o de substabelecer, especialmente para atuar em **AÇÃO DE COBRANÇA** em virtude do acidente de trânsito experimentado pelo (a) outorgante e em razão das lesões por ele (a) sofridas.

_____, 10 de maio de 2016.

Monica Ribeiro Sarmento
OUTORGANTE



SUBSTABELECIMENTO

EU, DR. JOSE ORISVALDO BRITO DA SILVA, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o nº. 57.069, com escritório estabelecido na Avenida Rio Branco nº. 257 sala 1.806, Centro, Rio de Janeiro – RJ. CEP: 20.040-009, substabeleço sem reservas os poderes a mim conferidos por,

MONICA RIBEIRO SAZMUNTO,
ao advogado **DR. DOMINGOS SÁVIO BREGALDA GUSSEN OAB/RJ 127.405** com escritório estabelecido na Avenida Rio Branco nº. 257, sala 1.806, Centro – Rio de Janeiro – RJ, **para que o substabelecimento produza seus devidos e legais efeitos.**

João Pessoa, 10 de maio de 2016.


Jose Orisvaldo Brito da Silva
OAB/RJ 57.069



DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA

MONICA REGINA SAMENTA

brasileiro(a), estado
civil: SOLTEIRA, profissão: ANALISTA,
documento de identificação: 9.009.480,
CPF: 119.361.734-34, Endereço: R. BATEADA,
512

Cidade: SILVEIRA, Estado RS,
CEP: _____

DECLARA, sob as penas da Lei, para fins de prova junto ao Juízo Cível, e a quem por competente distribuição couber o julgamento da lide, **que não possui condições financeiras para arcar com o ônus processual, estando nas exatas condições da Lei nº 1.060/50, carecendo, pois, dos auspícios da GRATUIDADE DE JUSTIÇA em AÇÃO DE COBRANÇA a ser proposta contra quem de direito, em razão de acidente de trânsito sofrido pelo(a) declarante.**

Não serão cobrados honorários advocatícios nesta oportunidade, ressalvando-se o direito em caso de mudança na situação econômica do declarante.

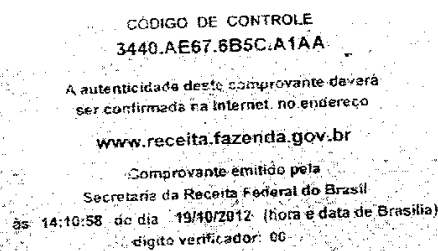
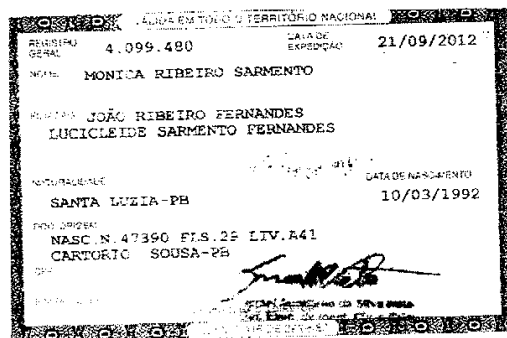
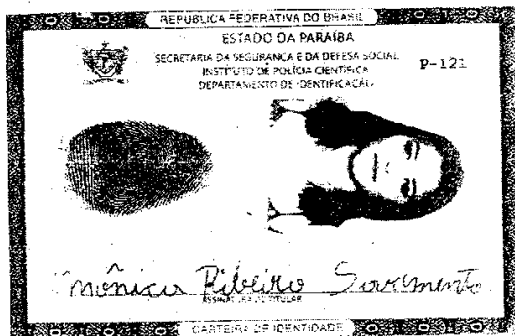
Por ser expressão da verdade, assumo inteira responsabilidade acerca da declaração prestada.

_____, 10 de maio de 2016.

Monica Regina Samenta

DECLARANTE









MARIA APARECIDA FURTADO FIGUEIREDO
RUA PROJETADA S/N POS 9 IT 22 BDJ C - CENTRO
CEP 53800000 - SOUSA / PS (AG: 177)

Classe/Subcls.: RESIDENCIAL/RESIDENCIAL / Monofásica
Roteiro: 13-177-305-4700

Nº do Medidor: 00008704781

Referência: MAI/2015
Emissão: 22/05/2015

ENERGISA
ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Bd 230, Km 25 - Centro, Rodeador - João Pessoa / PB - CEP 580-140
Fone: (51) 95.183.1004-48 - Site: www.energisa.com.br
Nº 001.116.502

Atendimento ao Cliente ENERGISA



0800 065 0196

LIGACÃO GRATUITA

Assessor: WAWAN@energisa.com.br

Remetente para Débito Automático: 00008710352

Resumo do Consumo

565a.b9e9.8fb1.4780.b056.9ca9.4073.e427

Indicadores de Qualidade

LIMITES DA ANEL	APURADO	LIMITE DE TENSÃO (V)
DIC MENSAL	7,7	3,88
DIC TRIMESTRAL	15,3	
DIC ANUAL	30,7	
FIC MENSAL	3,9	1,00
FIC TRIMESTRAL	7,7	
FIC ANUAL	15,3	
DINC	4,3	0,00
DINC		

Os dados apresentados aqui são resultados de medições realizadas por equipes de campo da ENERGISA, em conformidade com o padrão de medição estabelecido pela ANEEL. Os dados são apresentados em formato de média mensal, trimestral, semestral e anual. Os dados são apresentados em formato de média mensal, trimestral, semestral e anual. Os dados são apresentados em formato de média mensal, trimestral, semestral e anual.

Dados do Cliente

MARIA APARECIDA FURTADO
FIGUEIREDO
RUA PROJETADA S/N POS 9 IT 22 BDJ
C

SOUSA
CNPJ/CPF/RANI: 610275423

Conta referente a

MAI/2015

Apresentação

27/05/2015

Data de vencimento da próxima leitura

22/06/2015

Histórico de Consumo KWh

ABR/2015	821	07/05/2015	568,92
MAR/2015	150		
FEV/2015	58		
JAN/2015	0		
DEZ/2014	160		
NOV/2014	23		
OUT/2014	47		
SET/2014	39		
AGO/2014	27		
JUL/2014	15		
JUN/2014	152		
MAI/2014	4		

MÉDIA DOS ÚLTIMOS MESES: 126 KWh

Composição do Consumo Total da Conta

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R\$)	%
SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO DA ENERGISA	112,28	24,97
COMPRADA DE ENERGIA	136,94	30,27
SERVIÇO DE TRANSMISSÃO	9,56	2,11
ENCARGOS SETORIAIS	25,36	5,59
IMPOSTOS DIRETOS E ENCARGOS	154,48	34,06
OUTROS SERVIÇOS	12,50	2,71
TOTAL	453,56	100,00

Valor do Encargo de Uso do Sistema de Distribuição (Ref: 03/2015): R\$ 33,85

ATENÇÃO

RECORRER DE VENCIMENTO: Caso haja qualquer dúvida ou reclamação, o consumidor deve recorrer ao atendimento ao cliente da ENERGISA, em conformidade com o padrão de atendimento estabelecido pela ANEEL. O consumidor deve apresentar a documentação necessária para comprovar a reclamação. O consumidor deve apresentar a documentação necessária para comprovar a reclamação. O consumidor deve apresentar a documentação necessária para comprovar a reclamação.

CDC - CÓDIGO DO CONSUMIDOR

5/871035-2

Canal de Contato

Declaração de Quitação Anual de Débitos

Conforme previsto na Lei 12.007 de 29 de julho de 2009, informamos a quitação dos débitos referentes aos faturamentos regulares de energia elétrica desta unidade consumidora vencidos no ano de 2014 e nos anos anteriores.

Esta declaração substitui, para a comprovação do cumprimento das obrigações do consumidor, as quitações dos faturamentos mensais dos débitos do ano a que se refere e dos anos anteriores.

Cálculo de Consumo

ANTERIOR	ATUAL	
DATA	DATA	VALOR
22/04/15	27/05/15	1565
		600,28

Demonstrativo

Consumo em kWh	660 9.37955	220,60
Adic. B. Variação		35,30

IMPOSTOS / ENCARGOS

PIS	6,31
COFINS	25,03
ICMS (Base de Cálculo R\$ 441,28; Aliquota 27,00%)	119,14

OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS

PARCELAMENTO DE DÉBITO	68/100	12,30
------------------------	--------	-------

VENCIMENTO

03/06/2015

TOTAL A PAGAR

R\$ 453,58





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
DELEGACIA GERAL DE POLÍCIA CIVIL
3ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL – PATOS/PB
19ª DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA CIVIL – SOUSA/PB
DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE SANTA CRUZ/PB

BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL Nº 865/2015

Versando Sobre: Acidente de Transito;

Local do Ocorrido: Bairro Mutirão, Sousa-PB.

Data e Hora do Fato: 24.07.2015, por volta das 15:00:min.

Data em que a Delegacia tomou conhecimento: 24/10/2015.

O(A) Comunicante: MONICA RIBEIRO SARMENTO, brasileira, solteira, estudante, com 23 anos de idade, filha João Ribeiro Fernandes e de Lucicleide Sarmento Fernandes, portador do RG nº 4099480-SSP/SP, CPF nº 119301734-31, residente na Rua Projetada s/nº, Centro, Sousa-PB.

Vítima; O Comunicante.

HISTORICOS: O(A) comunicante compareceu a esta Delegacia munida de documento medico hospitalar, para registrar que na data, hora e local acima descrito, sofreu um acidente de transito, quando trafegava do Bairro Mutirão, sentido Bairro da Estação, Sousa-PB, conduzindo a MOTO HONDA/CG 150 TITAN ESD, COR PRETA, ANO E MODELO 2014, PLACA QFN8550/PB, CHASSI 9C2KC160FR009029, licenciada em nome de Eduardo Guilherme de Moura Leite, e ao chegar ao Bairro Mutirão, um veiculo tipo RILLUX, colidiu na trazeira de sua Moto, e nisto perdeu o controle da mesma caindo ao solo, sendo socorrida por terceiros, para o Hospital Regional de Sousa, onde recebeu atendimento.

Declaro ainda, ser conhecedor (a) das sanções civis, administrativas e criminais a que estarei sujeito, caso o quanto aqui declarei não porte estritamente a verdade.

Autoridade Policial: Dr. Vicente Honorio Filho.

Providencias Adotadas: Envio de Cópia do BO a Delegacia da Cidade onde ocorreu o acidente.

Comunicante: Monica Ribeiro Sarmento

01/10/2015
DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE SANTA CRUZ/PB



Assinado eletronicamente por: DOMINGOS SAVIO BREGALDA GUSSEN - 14/10/2016 14:02:14
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=16101414013374000000005270424>
 Número do documento: 16101414013374000000005270424



8141-5613

Processo: 14921 - Natureza: INVALIDEZ - Sinistro: 3150958617 - Nome: MONICA RIBEIRO SARMENTO

DATA	DESCRIÇÃO	ASSINANTE
04/11/2015 11:26	PRÉ-CADASTRO NÃO ANALISADO	Dante Noroes Albuquerque
04/11/2015 11:27	PRÉ-CADASTRO COM RESTRIÇÕES: APRESENTAR BOLETIM DE OCORRENCIA, ORIGINAL OU COPIA AUTENTICADA.	Dante Noroes Albuquerque
09/11/2015 16:12	PRÉ-CADASTRO COM RESTRIÇÕES: APRESENTAR DECLARACAO PROPRIETARIO DO VEICULO	Poliana Weidle
09/11/2015 16:59	PRÉ CADASTRO ANALISADO E APROVADO	Poliana Weidle
14/11/2015 18:03	Processo enviado para análise da Seguradora Lider	Felippe dos Santos
06/01/2016 12:41	PAGAMENTO PREVISTO PARA 07/01/2016 NO VALOR DE R\$ 1350.00. BANCO 104 / AGENCIA 0758 / CONTA 043084-0. BENEFICIÁRIO: MONICA RIBEIRO SARMENTO	Giovana Rotava

Imprimir Andamentos





Poder Judiciário da Paraíba
12ª Vara Cível da Capital

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0850917-51.2016.8.15.2001

DESPACHO

Vistos, etc.

1. É sabido que o CPC/2015 entrou em vigor em 18/03/2016. Por outro lado, o presente processo fora distribuído em 14/10/2016. Sendo assim, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito:

a) Emendar a inicial a fim de cumprir todos os requisitos do art. 319 do NCPC, apresentando as respectivas fundamentações jurídicas de seus pedidos;

b) Juntar aos autos:

b.1. Procuração e declaração de hipossuficiência, devidamente preenchidas, sem rasuras e atualizadas.

Intimações necessárias ao cumprimento integral do mandamento supra. Cumpra-se.



Intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito:

a) Emendar a inicial a fim de cumprir *todos os* requisitos do art. 319 do NCPC, apresentando as respectivas fundamentações jurídicas de seus pedidos;

b) Juntar aos autos:

b.1. Procuração e declaração de hipossuficiência, devidamente preenchidas, sem rasuras e atualizadas.



arquivo em pdf



Escritório de Advocacia
JOSÉ BRITO & ADVOGADOS

**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 12ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE
JOÃO PESSOA DO ESTADO DA PARAÍBA - PB.**

Numeração única: 0850917-51.2016.8.15.2001

MÔNICA RIBEIRO SARMENTO, já qualificada nos autos da
ação que movem em face de **PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS**,
vem, por seu advogado ao final assinado, em atendimento ao r. despacho de fl.,
requerer a emenda da inicial com a juntada de peça substitutiva, fazendo
constar também a procuração e a declaração de hipossuficiência devidamente
preenchidas.

Pede deferimento.

Rio de Janeiro, 10 de Abril de 2017.

Domingos Sávio Bregalda Gussen
OAB/RJ 127.405

Escritório:

Av. Rio Branco, nº 257, Sala 1806 - Centro - RJ - CEP 20040-009 - 2217-8787



**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ____ VARA CÍVEL DA
COMARCA DE JOAO PESSOA – ESTADO DA PARAÍBA –PB.**

MONICA RIBEIRO SARMENTO, brasileira, solteira profissional autônoma e do lar, portadora do documento de identificação RG/SSP/PB-4.099.480 e com inscrição no CPF/MF-119.301.734-31, filiação: João Ribeiro Fernandes e Lucicleide Sarmento Fernandes, residente e domiciliada na Rua Projetada s/n/., POS 9 IT 22 BDJC, Centro, Sousa - PB, CEP 58.800-000, deixa de indicar endereço eletrônico por não possuir, usando para esse fim o de seu patrono saviobregalda@gmail.com, vem por meio de seu advogado, infra-assinado, com fulcro no artigo 318 do novo CPC, propor

**ACÃO PELO PROCEDIMENTO COMUM DE
COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO
DE DANOS PESSOAIS DPVAT**

em face de **PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS, PORTO SEGURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua João Bernardo de Albuquerque n°. 62 sala 105, Tambiá, João Pessoa - PB. CEP 58.020-565, pelas razões de fato e de direito que passam a expor:

DAS PRELIMINARES

DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA

Inicialmente, a parte autora solicita a V.Ex^a se digne a deferir a Gratuidade de Justiça, na forma dos artigos 98 e seguintes do novo CPC, eis que não possui condição financeira para arcar com o ônus da presente demanda, sem que tal dispêndio traga, para si e sua família, prejuízo de subsistência.

Rua Miguel Couto 251, Edificio Vina Del Mar, 7º. Andar, Sala 705, Centro, J. Pessoa – PB.



DOS FATOS

Consoante comprova a inclusa documentação, a parte autora foi vítima de acidente de trânsito ocorrido no dia 24 de julho de 2015, **O QUE LHE CAUSOU POLITRAUMATISMOS, LESÃO, DOR E EDEMA EM MEMBRO INFERIOR ESQUERDO, ACARRETANDO-LHE SEQUELAS PERMANENTES**, como demonstra a documentação médica em anexo.

Registre-se que a parte autora postulou administrativamente o recebimento do seguro DPVAT, obtendo pagamento parcial em 07.01.2016 no valor de R\$1.350,00, restando à parte autora o direito ao recebimento da diferença no valor de R\$ 8.100,00.

Como é sabido a Lei 11.945/09, estabeleceu tabela par a quantificação das lesões de cada membro atingido. Na hipótese, a parte autora sofreu debilidade permanente por lesões em membro inferior, fazendo jus, portanto, à totalidade do valor previsto na mencionada tabela, abatido o valor pago administrativamente.

DA CONCILIAÇÃO OU MEDIAÇÃO

Muito embora a parte autora tenha sempre o interesse em conciliar, no caso concreto, como a experiência demonstra a seguradora ré jamais concilia, o que torna inócua a designação de audiência para esta finalidade. Desta forma, nos termos do parágrafo 5º do artigo 334 do novo CPC, a parte autora declara seu desinteresse na designação de audiência com a finalidade de conciliação ou mediação.

DO PEDIDO

Face ao exposto, a parte autora requer o deferimento da **GRATUIDADE DE JUSTIÇA**, bem como a seja a prestação Jurisdicional entregue da seguinte forma:

- a) **determine a citação da seguradora-ré, para, querendo, responder aos termos da presente, sob pena de revelia e confissão, bem como na forma do artigo 334, do Par.4, II e Par.5º do NCPC, a parte autora, declara seu desinteresse na designação de audiência com a finalidade de conciliação ou mediação, e que, após análise dos requisitos e pressupostos processuais, seja marcada a perícia médica, visando os princípios da celeridade processual e duração razoável do processo;**
- b) **seja a ré CONDENADA ao a pagar o valor de R\$8.100,00 (oito mil e cem reais), corrigida monetariamente e acrescida de juros de mora de 1% ao mês a partir da data do evento danoso.**

Rua Miguel Couto 251, Edifício Vina Del Mar, 7º. Andar, Sala 705, Centro, J. Pessoa – PB.



c) seja a ré, ainda, **CONDENADA** ao pagamento das custas processuais e juros, onde couber, bem como em honorários advocatícios em valor não inferior a 20% sobre o valor da condenação.

DAS PROVAS

Requer a parte autora como provas, todas as em direito admitidas, em especial, prova pericial médica e documental superveniente, se necessário for.

DO VALOR DA CAUSA

Dá-se à causa o valor de R\$8.100,00 (oito mil e cem reais).

DAS PUBLICAÇÕES E INTIMAÇÕES

Por fim, em cumprimento ao art. 287 do novo CPC, o autor informa que receberá todas as intimações referentes a este processo no endereço constante no rodapé, **e-mail:saviobregalda@gmail.com**, requer ainda, que todas as publicações sejam efetuadas exclusivamente em nome do advogado Dr. Domingos Sávio Bregalda Gussen, OAB/RJ 127.405, Rua Miguel Couto 251, Edifício Vina Del Mar, 7º Andar, Sala 705, Centro, João Pessoa – PB, sob pena de nulidade, esperando deferimento.

Pede Deferimento.
Paraíba, 07 de Abril de 2017.

Domingos Sávio Bregalda Gussen
OAB/RJ 127.405

Rua Miguel Couto 251, Edifício Vina Del Mar, 7º. Andar, Sala 705, Centro, J. Pessoa – PB.



PROCURAÇÃO AD JUDICIA ET EXTRA

Outorgante(s):

MONICA RIBEIRO SARMENTO

brasileiro(a),
estado civil: SOLTEIRA, profissão: advogada,
documento de identificação: 4.009.480,
CPF: 119.301.734-31, Endereço: R. ROSEANA,
S/Nº 8059 IT 22 BPSO Centro,
Cidade: SOLTA, Estado PA,
CEP: 58.200-000

Outorgado (s):

JOSÉ ORISVALDO BRITO DA SILVA, advogado, inscrito na OAB/RJ nº 57069 com escritório profissional na Avenida Miguel Couto 251, sala 605, Centro, CEP: 58.010-770, João Pessoa - PB.

Poderes:

Os da cláusula *ad judicium et extra*, inclusive com os especiais poderes para patrocinar, defender, em todos os seus termos, atos e incidentes, os direitos e interesses do (a) outorgante, em qualquer processo, ação ou medida em que o mesmo seja parte autora, ré, oponente ou assistente. Conferindo para tanto, o poder geral para o foro, conforme dispõe o artigo 28 do CPC, podendo ainda requerer, alegar, assinar, quando mister, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito que se funda a ação, receber e dar quitação em juízo ou fora dele, firmar compromisso, levantar importância em juízo ou fora dele, endossar cheques, recorrer de despachos e sentença, arrolar e inquirir testemunhas, juntar documentos, apelar para instâncias superiores, fazer acordos, enfim, praticar todos os demais atos necessários e em direito admissíveis, inclusive o de substabelecer, **especialmente para atuar em AÇÃO DE COBRANÇA em virtude do acidente de trânsito experimentado pelo (a) outorgante e em razão das lesões por ele (a) sofridas.**

Paraná, 10 de maio de 2016.

Monica Ribeiro Sarmiento

OUTORGANTE



DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA

MONICA RIBEIRO SARMENTO

brasileiro(a), estado
civil: SOLTEIRA, profissão: Advogada,
documento de identificação: 4.099.480,
CPF: 119.301.734-31, Endereço: R. PESSADA,
S/Nº 1059 IT-22 BD SC, Centro,
Cidade: SARANTA, Estado: RS,
CEP: 5820-000

DECLARA, sob as penas da Lei, para fins de prova junto ao Juízo Cível, e a quem por competente distribuição couber o julgamento da lide, **que não possui condições financeiras para arcar com o ônus processual, estando nas exatas condições da Lei nº 1.060/50, carecendo, pois, dos auspícios da GRATUIDADE DE JUSTIÇA em AÇÃO DE COBRANÇA a ser proposta contra quem de direito, em razão de acidente de trânsito sofrido pelo(a) declarante.**

Não serão cobrados honorários advocatícios nesta oportunidade, ressalvando-se o direito em caso de mudança na situação econômica do declarante.

Por ser expressão da verdade, assumo inteira responsabilidade acerca da declaração prestada.

Paraita, 10 de maio de **2016**.

Monica Ribeiro Sarmento

DECLARANTE





Poder Judiciário da Paraíba
12ª Vara Cível da Capital

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0850917-51.2016.8.15.2001

DESPACHO

Vistos, etc.

Defiro a gratuidade processual.

Designa-se a escrivania audiência de conciliação, a realizar-se na sala de audiências da 12ª Vara Cível da Comarca de João Pessoa.

Cite-se e intime-se a parte ré. O prazo para contestação (de quinze dias úteis) será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. A presente citação é acompanhada de senha para acesso ao processo digital, que contém a íntegra da petição inicial e dos documentos. Tratando-se de processo eletrônico, em prestígio às regras fundamentais dos artigos 4º e 6º do CPC fica vedado o exercício da faculdade prevista no artigo 340 do CPC.

Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório. A ausência injustificada é considerada ato atentatório à dignidade da justiça, sendo sancionada com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, nos termos do art. 334, § 8º do CPC/2015. As partes devem estar acompanhadas de seus advogados.

A audiência *só não será realizada se* ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual, devendo a parte ré fazê-lo, por petição, apresentada com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência.

Considerando que a parte autora ajuizou a presente ação sem se submeter previamente à perícia médica através do IML, inexistindo nos autos documento que ateste a existência da invalidez permanente e/ou extensão da lesão, bem como que a rotina judiciária vem nos mostrando que a transação em ações que buscam o pagamento ou complementação de seguro DPVAT somente se realiza após a realização de perícia médica, com fulcro no art. 139, inciso VI, do CPC, determino que a audiência de



conciliação ora agendada seja precedida de perícia judicial, nos termos do convênio do Tribunal de Justiça com a Seguradora Líder.

Atente-se, a Escrivania, para a necessidade de **intimação pessoal do periciando**(por mandado) vez que se trata de ato personalíssimo que exige o comparecimento da própria parte para a realização do exame, sob pena de ser dispensada a referida prova, não bastando a intimação do advogado através de nota de expediente. Neste sentido o STJ:

DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÊGIDE DO CPC/73. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. OFENSA AO ART. 535 DO CPC/73. OMISSÃO. INOCORRÊNCIA. PERÍCIA MÉDICA. EXAME PESSOAL DA PARTE. ATO PERSONALÍSSIMO. NECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL. INTIMAÇÃO DIRIGIDA AO ADVOGADO. INVALIDADE. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. (REsp 1471881, Superior Tribunal de Justiça, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, julgado em 25/05/2016, DJe 31/05/2016) GN

Para tanto, nomeio o médico Dr. ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA para atuar como perito nos presentes autos. Intime-se.

Intime-se a Seguradora Líder para efetuar o pagamento dos honorários periciais, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), comprovando-o até a data da audiência e perícia ora designadas, sob pena de penhora junto ao BACENJUD.

Como forma de viabilizar a transação, após realização da perícia médica, faz-se mister o comparecimento da Seguradora Líder na audiência ora designada, através de preposto munido de poderes para firmar acordos. Dessa forma, além da citação e intimação através de carta, determino que seja a Seguradora Líder, através dos endereços eletrônicos pauloleite@seguradoralider.com.br . philipe.rocha@seguradoralider.com.br telefone (21) 38614600, cientificada acerca dessa audiência.

A parte autora será intimada através de seu advogado.

Poderão as partes, querendo, indicar assistentes técnicos, no prazo de quinze dias.

Os quesitos a serem respondidos são os constantes do laudo pericial adotado pelo Núcleo de Conciliação e Mediação do TJPB.

Via digitalmente assinada da decisão servirá como mandado de citação/intimação.

P.I. Cumpra-se com urgência.





**ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA
12ª Vara Cível da Capital**

PROCESSO Nº 0850917-51.2016.8.15.2001

PROCEDIMENTO COMUM (7)
[SEGURO]

AUTOR: MONICA RIBEIRO SARMENTO
RÉU: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CERTIDÃO DE JUNTADA DE DOCUMENTO

Certifico e dou fé que, nesta data, faço JUNTADA aos presentes autos do(s) documento(s) em anexo.(NOMEAÇÃO DE PERITO)

12ª Vara Cível da Capital-Pb, 14 de março de 2019.

EDILENE RITA DE SOUSA DINIZ

Chefe de Cartório






**ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DA CAPITAL
12.^a VARA CÍVEL**

CERTIDÃO

Certifico que em despacho anterior foi determinado por este Juízo a designação de perícia médica na parte autora, com a nomeação de perito. Ocorre que, por diversas vezes esta escrivania tentou, por telefone, entrar em contato com o perito designado, no entanto, não obteve êxito, seja por não conseguir falar com o perito, seja por este ter informado não ter mais interesse em realizar a perícia. O referido é verdade, dou fé.

João Pessoa, 12/03/2019.


Téc. Judiciária
mat.473.041-1

DESPACHO

Vistos, etc.

Considerando o teor da certidão retro, nomeio o médico **Dr. LUCIANO JOSÉ LIRA MENDES**, fone: (83) 99984-8151, perito Judicial para atuar nos presentes autos.

Ato contínuo, cumpra-se nos termos do despacho anterior.

P.I.

João Pessoa, 12/03/2019.


Manuel Maria Antunes de Melo
Juiz de Direito





Poder Judiciário da Paraíba
12ª Vara Cível da Capital

AV JOÃO MACHADO, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

Número	do	Processo:	0850917-51.2016.8.15.2001
Classe:		PROCEDIMENTO	COMUM (7)
A s s u n t o :			[S E G U R O]
Polo ativo:	AUTOR:	MONICA RIBEIRO	SARMENTO
Polo passivo:	RÉU:	PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS	

CERTIDÃO

Certifico que restou designado o dia 08/05/2019, às 14:10 horas, na sala de audiências deste Juízo de Direito, para realização de perícia médica a ser realizada pelo Dr. Luciano José Lira Mendes, bem como audiência de tentativa de conciliação entre as partes, nos moldes do artigo 334, do NCPC. Dou fé.

JOÃO PESSOA, 8 de abril de 2019
CARLOS HARLEY DE FREITAS TEIXEIRA

JOÃO PESSOA, 8 de abril de 2019
CARLOS HARLEY DE FREITAS TEIXEIRA



ATO ORDINATÓRIO

De ordem do MM. Juiz de Direito, fica a parte autora intimada, por meio de seu advogado, da perícia médica a ser realizada pelo "expert", Dr. Luciano José, neste Juízo, bem como da audiência de tentativa de conciliação entre as partes designadas para o dia 08/05/2019, às 14:10 horas. Dou fé.

Em 09/04/2019

Carlos Harley de Freitas Teixeira

mat. 470.685-4



12ª Vara Cível da Capital
AV JOÃO MACHADO, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520
()

Nº do processo: 0850917-51.2016.8.15.2001
Classe: PROCEDIMENTO COMUM (7)
Assunto(s): [SEGURO]

MANDADO DE INTIMAÇÃO
(AUDIÊNCIA - AUTOR)

O MM. Juiz de Direito da 12ª Vara Cível da Capital manda ao oficial de justiça que, em cumprimento a este, intime a parte:

N o m e : M O N I C A R I B E I R O S A R M E N T O
Endereço: RUA PROJETADA, POS 9, IT 22, BDJC, CENTRO, SOUSA - PB - CEP: 58804-655

para comparecer a audiência abaixo descrita:
.

perícia médica e audiência de conciliação para o dia 08/05/2019, às 14:10 horas, na sala de audiências da 12ª Vara Cível da Capital, localizada no 4º andar do Fórum Cível

JOÃO PESSOA, em 9 de abril de 2019.

De ordem, CARLOS HARLEY DE FREITAS TEIXEIRA

Mat.470.685-4



CERTIDÃO

Certifico para os devidos fins, que deixei de cumprir o presente mandado, em virtude de não localizar o endereço fornecido no mesmo, pois não existe em Sousa nenhum endereço cadastrado desta forma . O referido é verdade e dou fé.

SOUSA

10 de abril de 2019

LAURIANA GOMES FONTES

